

Artigo submetido a 29 de Novembro 2020; versão final aceite a 22 de Fevereiro de 2021
Paper submitted on November 29, 2020; final version accepted on February 22, 2021

Análise Bibliométrica de Três Décadas de Atas dos Congressos da APDR: Uma Perspetiva Sobre a Evolução da Ciência Regional em Portugal

Bibliometric Analysis of Three Decades of APDR Congress Proceedings: A Perspective on The Evolution of Regional Science in Portugal

João Lourenço Marques

jjmarques@ua.pt

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas– GOVCOPP, Universidade of Aveiro

Monique Borges

monique@ua.pt

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade of Aveiro

João Vicente

jfrvicente@ua.pt

Departamento de Ciências, Sociais Políticas e do Território (DCSPT), Universidade of Aveiro

Paulo Batista

pauloricardolb@ua.pt

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território

Carlos Gonçalves

carlosgoncalves@ua.pt

Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas– GOVCOPP, Universidade of Aveiro

Resumo

A APDR organizou o seu primeiro congresso em Aveiro em 1990. Três décadas depois e mais de duas dezenas de congressos realizados, considera-se pertinente apresentar uma análise evolutiva sobre a forma como a ciência regional em Portugal foi discutida no contexto destes eventos. Sistematizaram-se os conteúdos dos resumos de 16 livros de atas analisando-se os temas, subtemas, perfil dos autores e geografia das publicações. Os resultados evidenciam uma tendência de aumento no número de resumos, de um equilíbrio de género dos autores e de ganhos na representatividade de trabalhos internacionais e um incremento da cooperação entre instituições nacionais e internacionais. Atentando nos temas e os subtemas tratados nos congressos, releva o diálogo continuado com as prioridades da agenda política.

Palavras chave: ciência regional, análise bibliométrica, congressos da APDR

Códigos JEL: B, N, R, Y

Abstract

APDR organized its first congress in Aveiro in 1990. Three decades later, and more than two dozen congresses, it is considered relevant to present an analysis on how regional science in Portugal was discussed in the context of these events. The contents of the abstracts of 16 proceedings were systematized, analysing the themes, subthemes, profile of the authors and geography of the publications. The results show a tendency of an increase in the number of abstracts, a gender balance of the authors and gains in the representativeness of international works and an increase in cooperation between national and international institutions. Analysing the themes and sub-themes dealt with in the congresses, it highlights the continued dialogue with the priorities of the political agenda.

Keywords: regional science, bibliometric analysis, APDR congress

JEL Classification: B, N, R, Y

1. INTRODUÇÃO

A ciência regional em Portugal encontra nos congressos anuais da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) o seu espaço privilegiado de discussão. Constituída em 1984, enquanto secção da *European Regional Science Association*, desde o início que a APDR contribui para qualificar a ciência regional em Portugal. Cumpre este propósito incentivando a investigação, estreitando as relações entre instituições de ensino, centros de investigação e investigadores e aprofundando o diálogo entre estes e quem, nos diversos níveis da administração pública, assume a responsabilidade de tomar decisões (APDR, 2020).

Passados 30 anos sobre a data em que, na Universidade de Aveiro, se realizou o primeiro congresso de ciência regional organizado pela APDR, desenvolvemos uma análise aos conteúdos dos resumos editados em 16 livros de atas destes congressos¹ com o objetivo de compreender a evolução deste ramo da ciência em Portugal. Analisaram-se todas as comunicações apresentadas, diferenciando os trabalhos individuais dos em coautoria, o género e origem geográfica dos autores. As instituições participantes foram organizadas por tipologias, por localização espacial e de acordo com a natureza das relações que mantêm. Para codificar os temas prevaletentes procedeu-se a uma análise do conteúdo dos resumos. De seguida confrontaram-se os temas dos congressos com a agenda das políticas públicas para se aferir em que medida existiu, ou não, alguma articulação. Por terem enfoques muito específicos não se incluiu neste exercício os 28 workshops que a APDR também dinamizou, não obstante se considerar que muito contribuíram para a partilha de conhecimento e para a reflexão conjunta sobre a ciência regional.

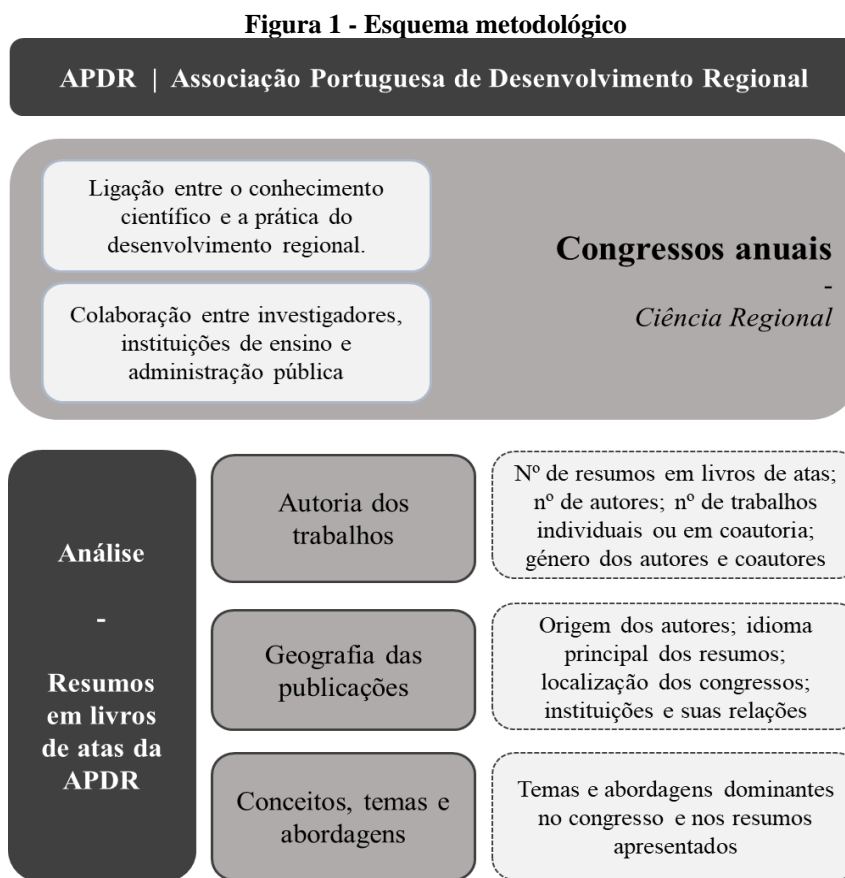
A esta secção introdutória, segue-se uma segunda parte relativa à metodologia onde se descrevem em detalhe os procedimentos da análise efetuada; na terceira secção sistematizam-se os principais resultados da análise bibliométrica e de conteúdo. O último ponto é dedicado às conclusões sobre os contributos que esta análise oferece à compreensão da evolução da ciência regional em Portugal. Elencam-se, ainda, algumas limitações inerentes a esta análise e algumas pistas para trabalhos futuros.

2. METODOLOGIA

O congresso anual organizado pela APDR é um espaço de partilha de experiências, metodologias e conhecimentos entre a comunidade académica e profissional que se ocupa da ciência regional. Para compreender a evolução do tipo de trabalhos apresentados, analisaram-se os conteúdos dos resumos publicados nos livros de atas dos congressos da APDR nos últimos 29 anos (entre 1990-2019). Contemplaram-se três vertentes, analisando e caracterizando: i) as autorias dos trabalhos produzidos; ii) a internacionalização dos congressos a partir da geografia das publicações; iii) os principais temas e

¹ Os 16 livros de Atas constam na lista de Referências Bibliográficas.

abordagens trazidos aos Congressos da APDR; e iv) o seu alinhamento com os temas da agenda política em cada ano. Este racional é apresentado no esquema da Figura 1.



2.1 Caracterização dos dados usados na análise

Durante este período a APDR organizou 26 congressos, nos quais foram apresentados e discutidos mais de 2500 trabalhos. No seu conjunto, participaram mais de 4000 autores provenientes de 50 países diferentes. A primeira etapa do trabalho correspondeu à recolha da informação disponível. Assegurando um nível de detalhe homogéneo, no total, foi possível reunir a informação contida em 16 livros de atas. Por não estarem disponíveis ou porque o seu formato não permitia o mesmo tratamento que os restantes, excluíram-se as edições de 1990-1995, 1997-1999², 2004-2007 e 2015. No Quadro 1 apresenta-se a listagem dos congressos cujas atas se analisaram, a respetiva localização e o número de resumos contabilizados antes e após a exclusão dos que não apresentavam informação sobre a proveniência institucional dos autores.

² No Quadro consta o Congresso de 1998, por ser possível contabilizar o número de trabalhos produzidos. Este ano foi excluído de análises posteriores devido à ausência de informação detalhada dos trabalhos. O número total de resumos contabilizado foi de 1959, no entanto ao excluir o ano de 1998 contabilizam-se 1918 resumos (valor de referência).

Quadro 1 – Localização dos congressos e número de resumos publicados

Ano	Localização	Nº de resumos	Nº de resumos (depois da exclusão dos que não apresentam informação institucional)
1996	Covilhã	36	36
1998	Coimbra	41	0
2000	Ponta Delgada	82	80
2001	Vila Real	103	101
2002	Lisboa	82	81
2003	Évora	65	65
2008	Tomar	127	124
2009	Cidade da Praia	195	189
2010	Funchal	152	149
2011	Bragança-Zamora	129	128
2012	Faro	90	89
2013	Braga	74	66
2014	Évora	188	160
2016	Marraquexe	77	65
2017	Covilhã	199	197
2018	Lisboa	104	104
2019	Aveiro	215	215
Total		1959	1849

Fonte: Elaboração própria

2.2 Codificação da informação para análise

No que concerne aos resumos editados nas atas, a análise incidiu sobre o número, os autores (discriminando os individuais dos em coautoria), o género (masculino e feminino) e a proveniência (nacional ou internacional). Sobre a geografia das publicações, identificou-se o local (instituição e país) que acolheu o congresso e a filiação institucional (nacional ou internacional). A filiação dos autores foi caracterizada de acordo com a seguinte tipologia: banca, câmara municipal, centro de investigação, empresas e atividades de consultoria, Governo e Administração Pública, Instituições de Ensino Superior, Institutos Públicos e, outras.

Do total dos resumos contabilizados (1959):

- foram analisados os resumos escritos em português, que totalizam 1248 trabalhos;
- os que continham informação completa sobre a filiação dos autores, (1849 resumos), foram analisados para caracterizar os autores e a internacionalização dos trabalhos produzidos.

2.3 Análise de redes e análise de conteúdo

Após codificar a informação relativa à autoria de cada resumo, recorreu-se ao software *Social Network Visualizer* para caracterizar a rede de relações entre as instituições participantes. Com esta análise procuramos compreender: i) a diversidade de instituições participantes; ii) as ligações e a intensidade de colaboração intra e interinstitucional; e iii) o nível de internacionalização e a respetiva matriz de cooperação interinstitucional.

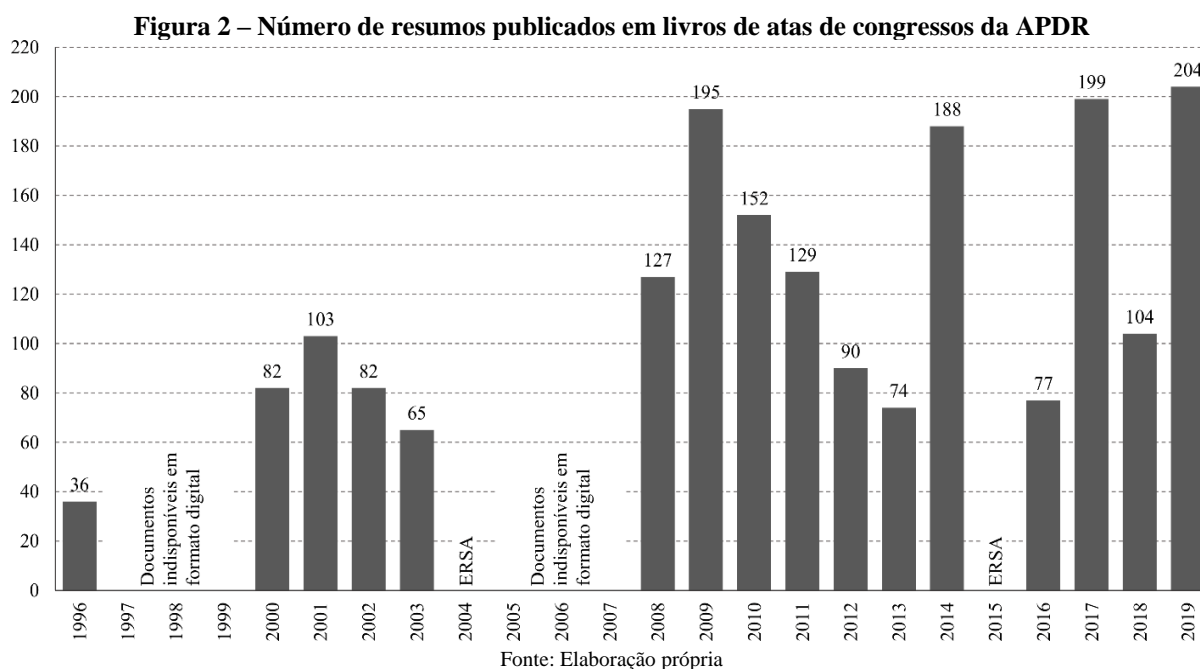
Identificaram-se os temas de cada congresso e as abordagens contidas nos resumos neles apresentadas. De igual modo, foram sistematizados os subtemas das sessões paralelas e/ou especiais em que cada resumo foi apresentado. Foram identificados 230 subtemas distintos que, posteriormente foram classificados no sentido de obter uma lista mais harmonizada com 38 subtemas (conforme se apresenta e

discute na secção 6). Esta classificação temática contribui para facilitar a compreensão dos temas e subtemas debatidos aos longo dos anos. Permite ainda identificar os temas fraturantes da ciência regional e aqueles que tiveram uma pertinência circunscrita ao ano em que tiveram lugar. Esta etapa foi fundamental para compreender o nível de alinhamento entre os temas dos congressos e os problemas e as prioridades da agenda política.

Para analisar os temas debatidos, recorremos à funcionalidade que permite quantificar a frequência de palavras e de expressões disponibilizada pelo software de análise de conteúdo WebQDA. Desta forma evidenciaram-se os principais temas debatidos e a escala que foi privilegiada.

3. VISÃO GERAL SOBRE OS CONGRESSOS DA APDR

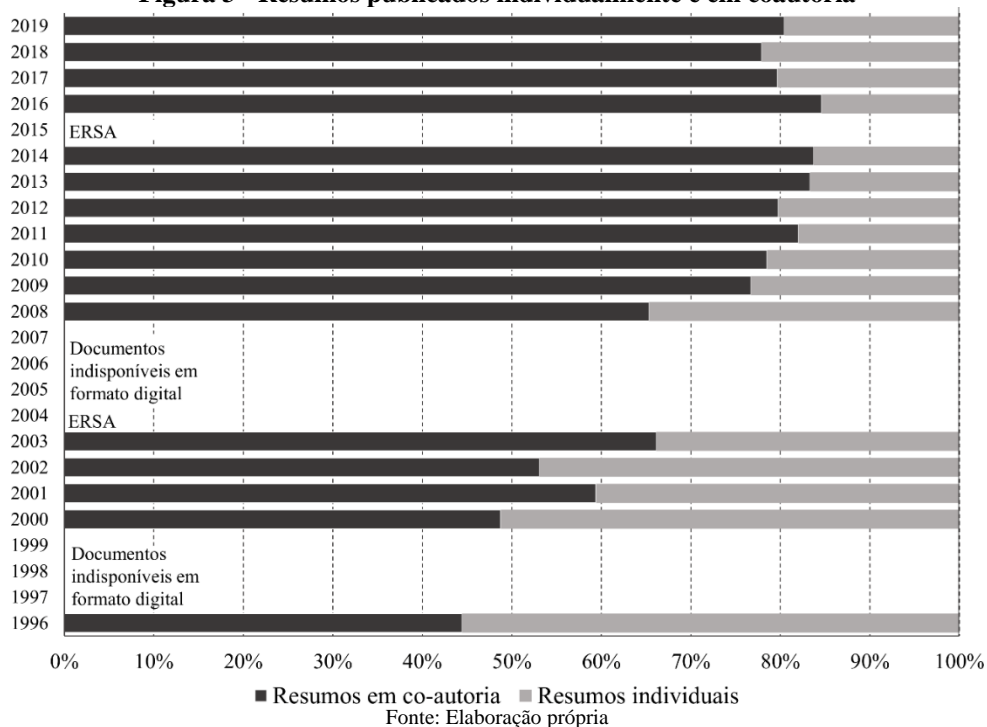
Contabilizando o total dos anos considerados, publicaram-se 1959 resumos em livros de atas. A Figura 2 mostra a dinâmica (globalmente crescente) ao longo dos 30 anos. É evidente o número reduzido de resumos nos primeiros anos (até 2003) e, comparativamente, o aumento verificado desde 2008, onde o número é sempre superior a 120 (com exceção dos anos de 2012, 2013, 2016 e 2018). Esta evolução, não obstante as oscilações, assinala o aumento da capacidade de mobilização da comunidade da ciência regional em Portugal.



A Figura 3 apresenta a percentagem de resumos publicados em livro de atas, cujo trabalho foi realizado individualmente ou em coautoria. Como seria expectável, a tendência registada evidencia a redução da proporção de resumos publicados individualmente face aos que resultam de trabalhos em coautoria.

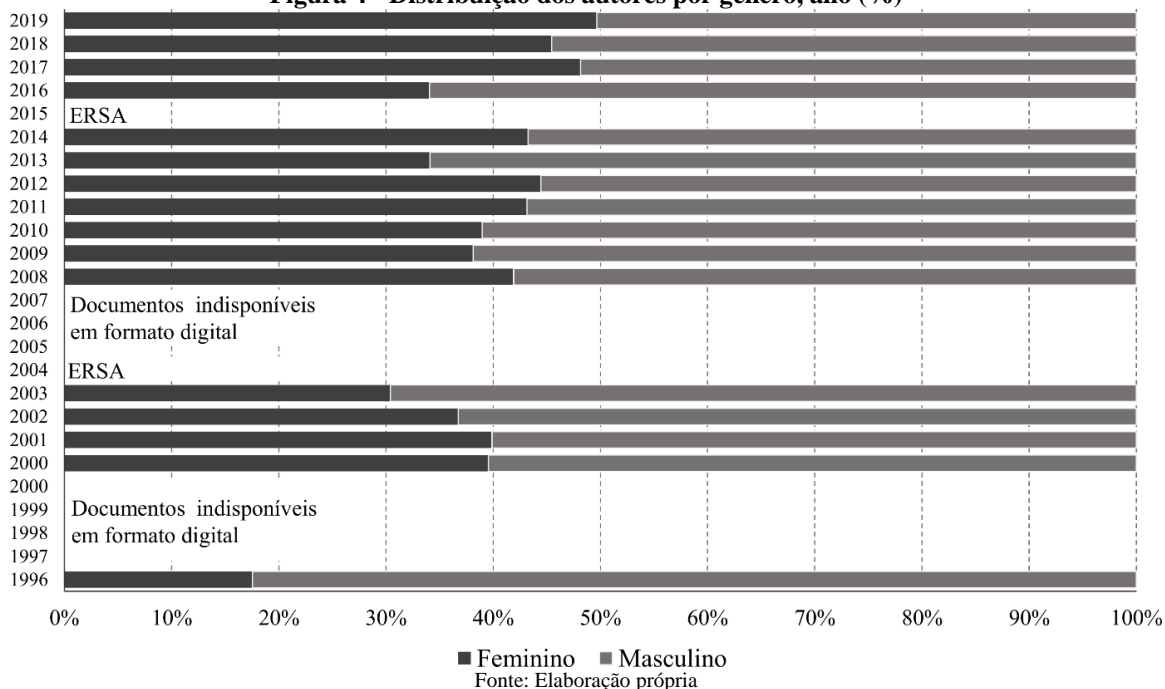
No congresso de 1996 mais de metade dos resumos foram apresentados por um só autor (os trabalhos em coautoria representaram 44%). Em 2000 essa discrepância foi menor (51% face a 49%) e a partir do congresso de 2001 a percentagem de resumos em coautoria começou a ser prevalecte. Entre 2011 e 2017 a proporção das coautorias foi sempre superior a 80%. Assinala-se assim um processo gradual do reforço do trabalho conjunto entre instituições e entre investigadores que se dedicam à ciência regional.

Figura 3 - Resumos publicados individualmente e em coautoria



A Figura 4 apresenta a distribuição da representatividade dos autores segundo o género. No seu conjunto, os trabalhos envolveram 1862 autores do género feminino (42%) e 2571 do género masculino. Quando se observa a evolução desta distribuição, verificamos que no início (em 1996), as mulheres representavam apenas 17,5% do total dos autores. Contudo, apesar da percentagem de mulheres/autoras continuar a ser inferior à dos homens, não obstante o crescimento da representatividade feminina tem sido constante. Desde 2000 a participação de autoras nunca foi inferior a 30%, destacando-se o ano 2003 como o segundo em que a percentagem de mulheres foi menor (30,4%). Por outro lado, evidenciam-se, pela positiva, os anos de 2008, 2011, 2012, 2014, 2017, 2018 e 2019 como aqueles em que a percentagem se situou acima dos 40%. Por fim, em 2019, registou-se uma situação de quase equilíbrio entre autores do género masculino (50,3%) e feminino (49,7%).

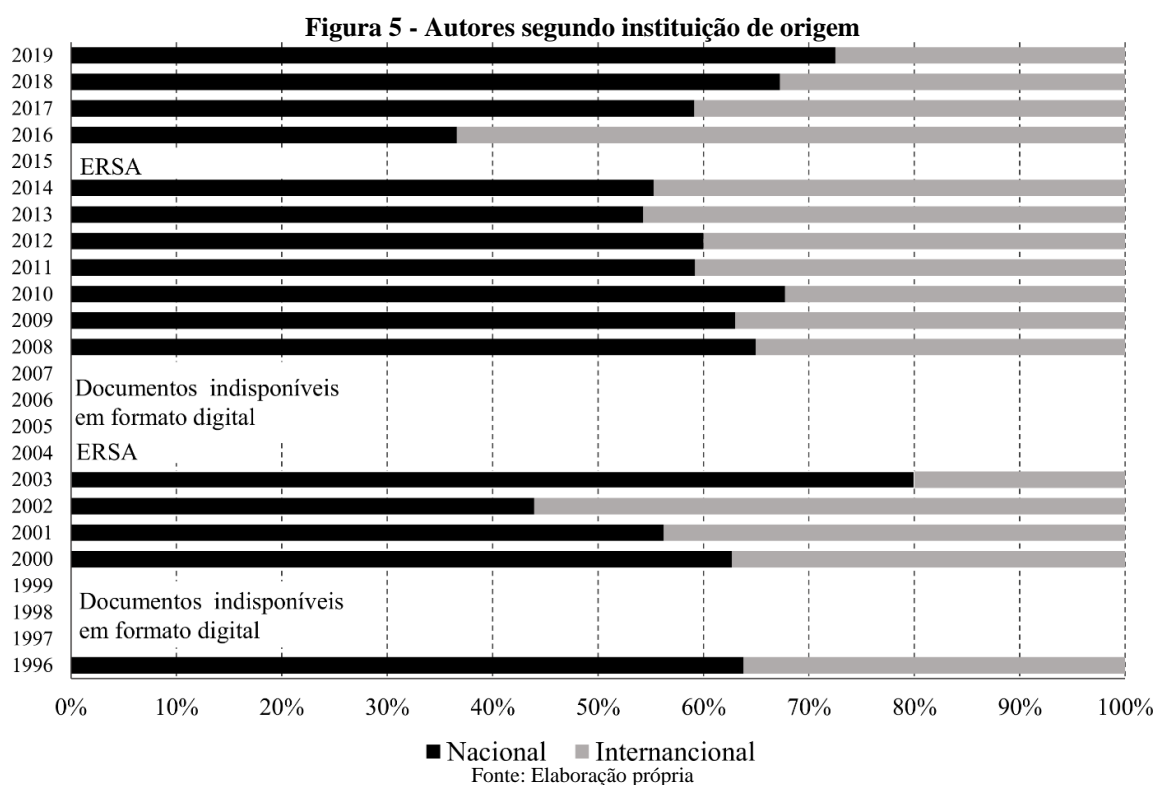
Figura 4 - Distribuição dos autores por género, ano (%)



4. GEOGRAFIA DOS RESUMOS PUBLICADOS

Identificaram-se 1248 (67%) resumos redigidos em português. Além do predomínio de autores provenientes de instituições nacionais (62%) este valor poderá ser influenciado pelo elevado número de autores de nacionalidade brasileira que geralmente participam nos congressos da APDR e que tendem a privilegiar a língua nativa (o português) na redação dos seus resumos. Destacam-se os anos de 2002 e 2016, por terem registado participações estrangeiras significativas (Figura 5).

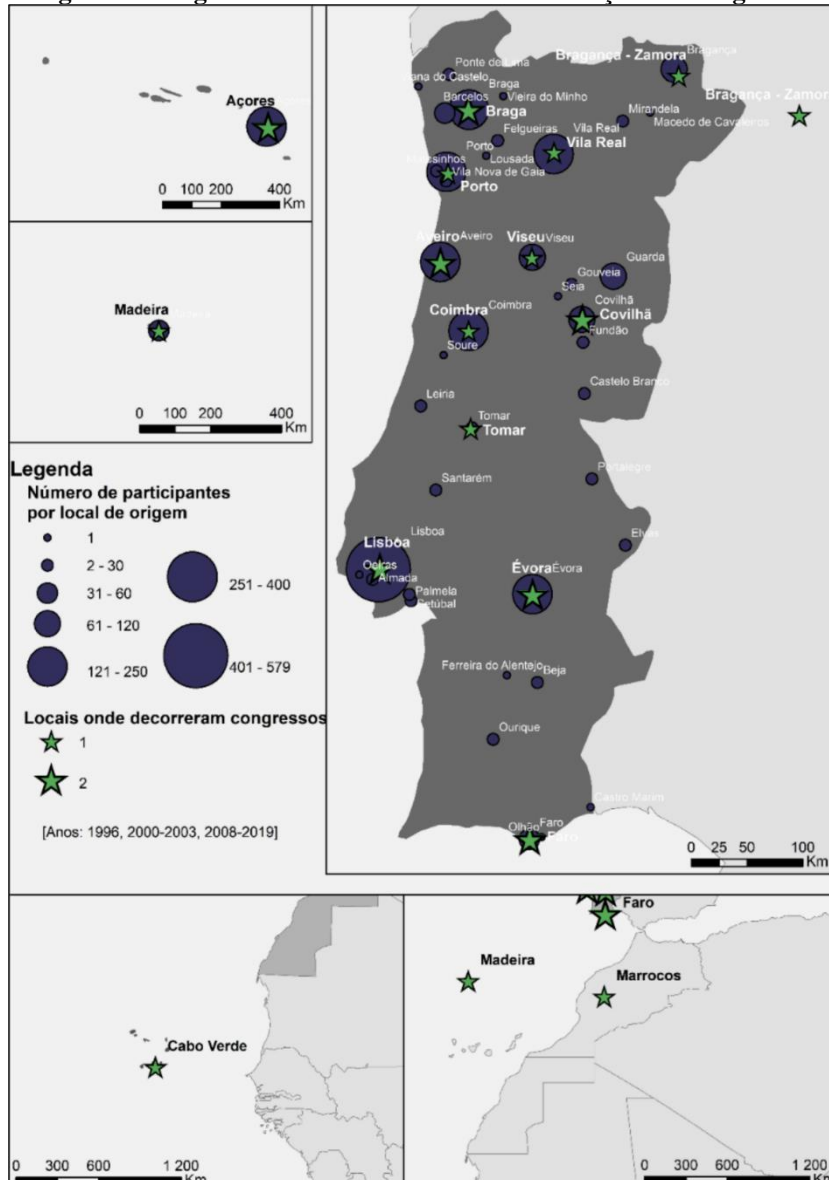
Em 2002, o congresso (realizado em parceria entre a UNL e a Universidade de Évora) foi dedicado a questões relacionadas com a nova economia e desenvolvimento regional em Portugal e na Europa e o de 2016 (realizado em Marrocos em parceria com a Associação Marroquina de Desenvolvimento Regional), abordou as temáticas da sustentabilidade dos territórios em contextos de mudança global.



Analisando os autores segundo instituição de origem, é possível encontrar disparidades significativas na proporção de autores provenientes de instituições nacionais em comparação com os provenientes de fora do país. As edições de 2003 (80%) e de 2019 (73%) foram as que registaram proporções mais elevadas de autores de instituições nacionais, enquanto que o ano de 2016 (organização do congresso em Marraquexe), contou com apenas 38% de autores nacionais.

Os autores são oriundos de um vasto conjunto de locais e de instituições, ainda que a sua distribuição seja discrepante (Figura 6). Ao longo dos períodos analisados (1996, 2000-2003 e 2008-2019), a origem dos autores reproduz a distribuição das instituições de ensino e dos centros de investigação (Lisboa, Coimbra, Aveiro, Braga, Porto, Vila Real, Évora, Covilhã, Viseu, Bragança, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), que foram sendo anfitriãs dos congressos. Portanto, Lisboa, onde se sediaram dois congressos, foi o local de origem de mais de 400 participantes. Por oposição, Faro, Tomar e Madeira destacam-se pelo facto de, apesar de aí terem sido organizados congressos da APDR, o número de participantes com origem nesses locais ser reduzido.

Figura 6 - Origem dos autores nacionais e localização dos congressos



Fonte: Elaboração própria

Considerando a origem dos autores internacionais, atendendo à localização da instituição a que pertencem, verifica-se que nos três primeiros períodos analisados, o *top 5* de origens dos autores internacionais foi dominado pelos provenientes de Espanha (mais de 50%). Nos restantes períodos assistiu-se a uma alteração na primeira posição, passando a ser ocupada por autores de origem brasileira. Destaca-se ainda a presença da França neste *top 5*, em cinco dos nove períodos analisados (Quadro 2).

Cabo Verde ocupa a terceira posição no *top 5* em 2008-2009, com 6%, um facto relacionado com a realização do congresso na cidade da Praia. A localização do congresso, justifica de igual forma o facto de encontramos Marrocos na terceira posição (14%) em 2014-2016, uma vez que o congresso de 2016 foi realizado em Marraquexe.

De seguida procedeu-se à categorização das instituições de origem (nacional e internacional) dos autores organizando-as de acordo com diferentes tipos de filiação: banca, administração local, centro de investigação, empresas e atividades de consultoria, Governo e Administração Central e Regional, Instituições de Ensino Superior, Institutos públicos.

Além da academia, representada por instituições do ensino superior e centros de investigação, que representa a maioria das entidades participantes (92%), importa destacar a participação de autores filiados a instituições do Governo e Administração Central e Regional, e a Institutos Públicos sendo, respetivamente, a segunda e terceira proveniências mais representadas (Figura 8).

Figura 7 – Países mais representativos (%) no número de resumos publicados

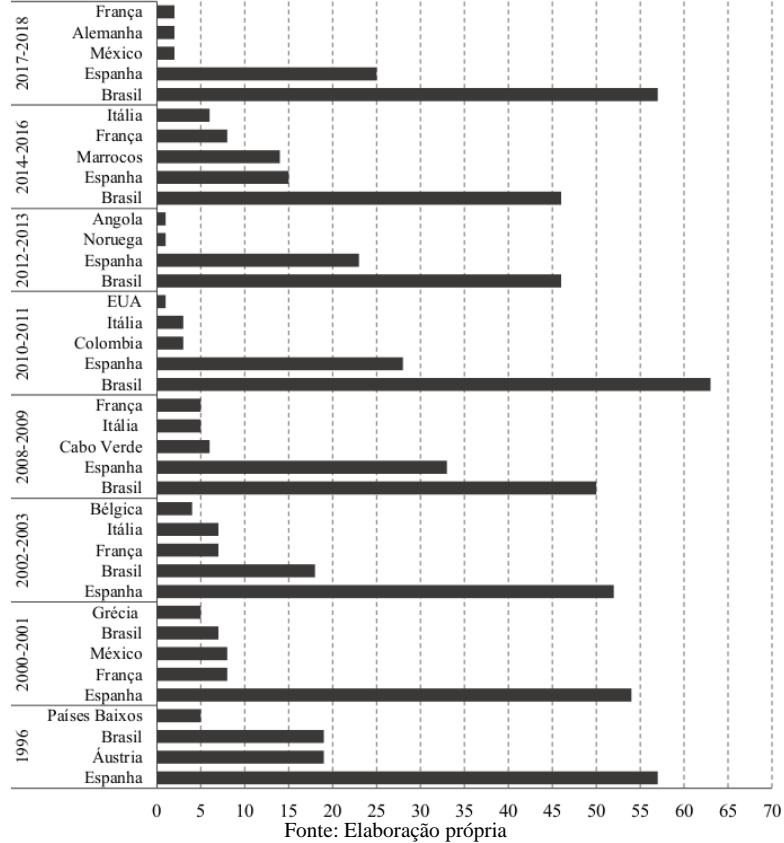
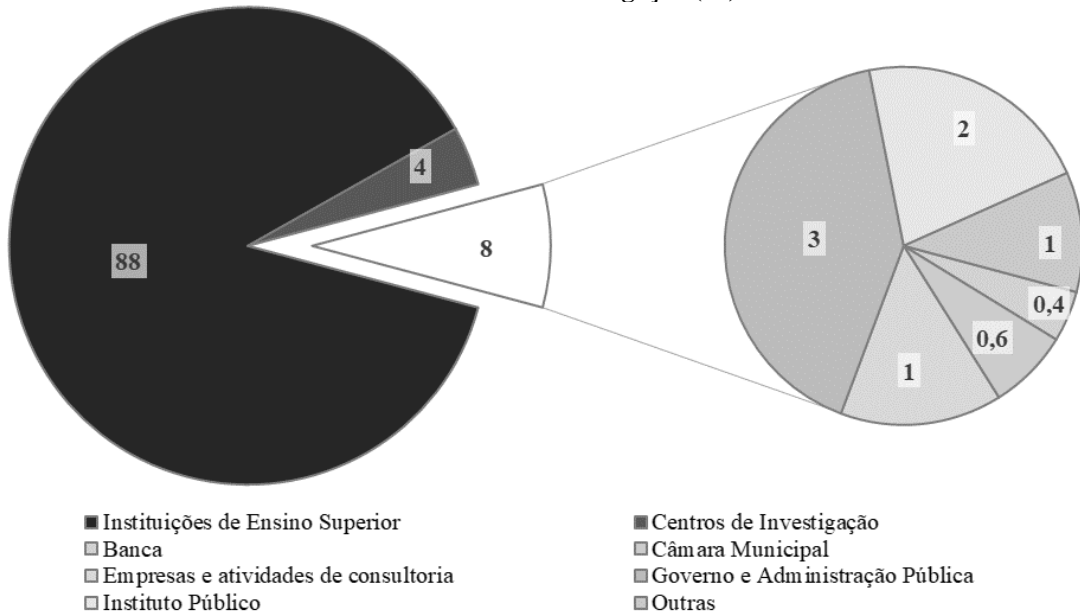


Figura 8 - Distribuição das instituições participantes por tipos de filiação, face ao total de entidades não IES e Centros de Investigação (%)

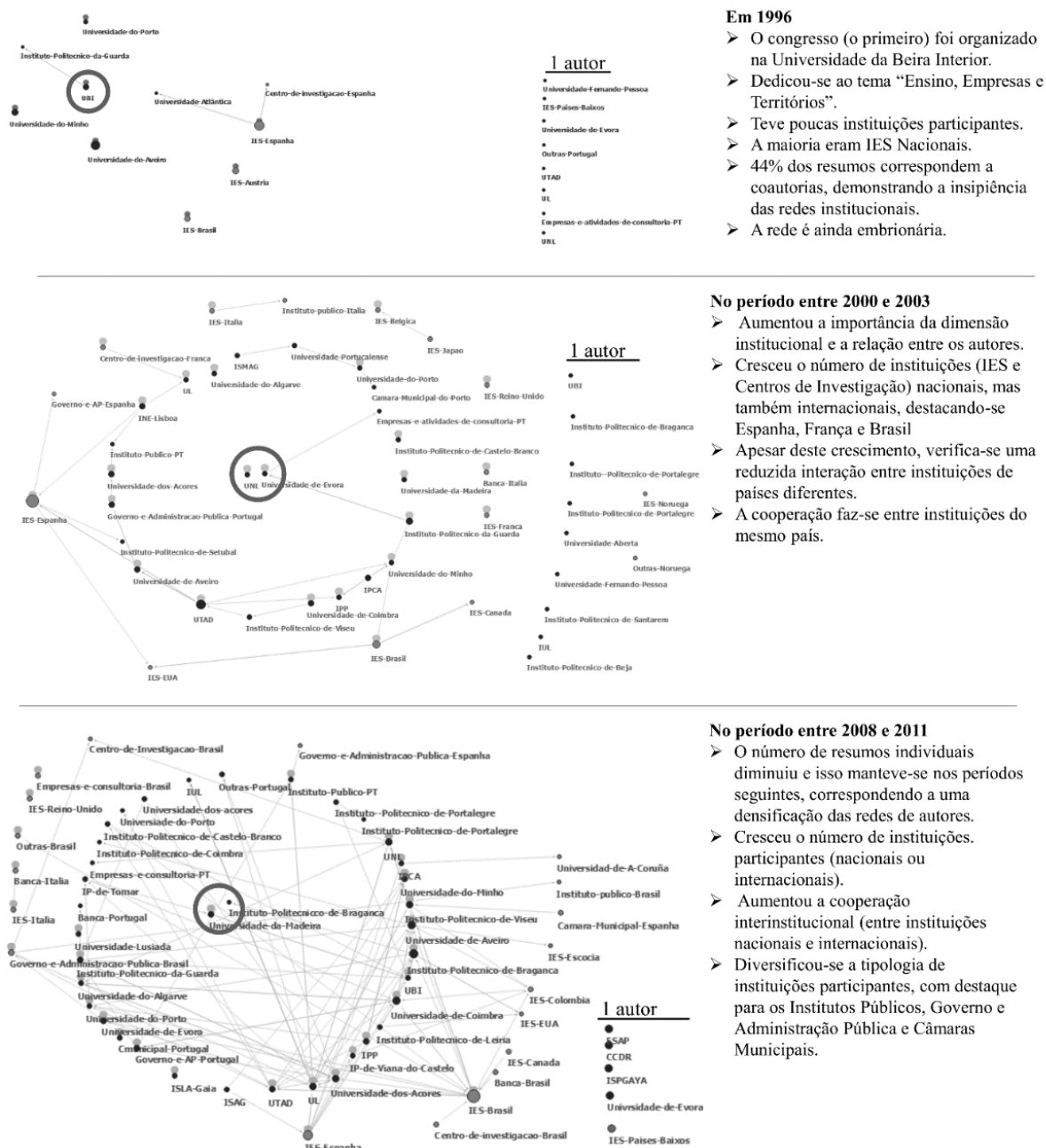


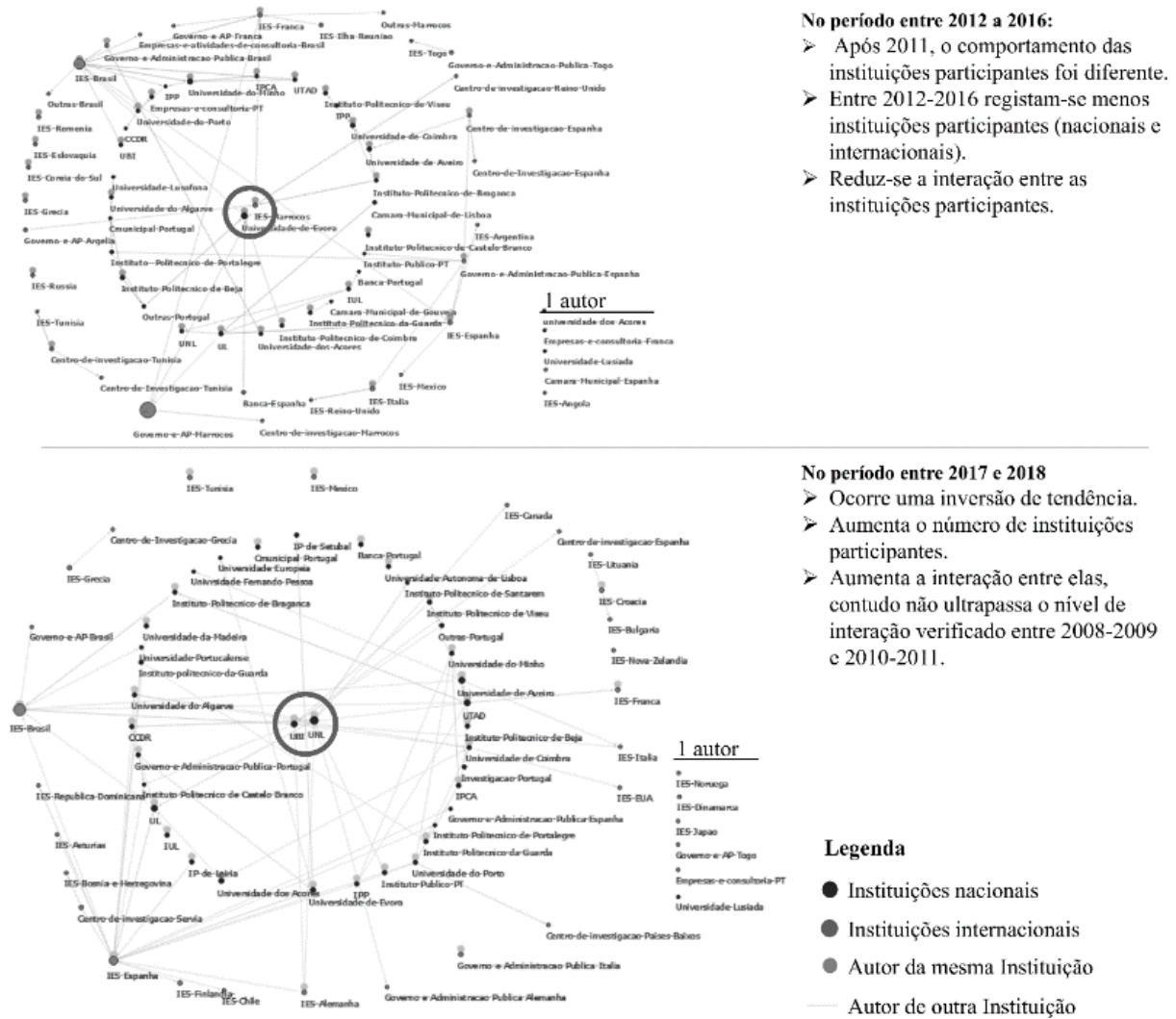
Os Institutos Públicos tiveram diferente representatividade ao longo dos congressos da APDR. A participação de autores ligados, por exemplo, ao Instituto Nacional de Estatística, teve expressão nos primeiros anos de realização dos congressos, mas é em 2009 e 2019 que se registam participações mais numerosas (22% e 19% respetivamente face ao total de participações do tipo IP). No que diz respeito à representatividade do Governo e da Administração Pública, destacamos o ano de 2009 com 16% das participações desta tipologia de instituição, seguido dos anos de 2010 e 2018, com 12% e 11%

respetivamente. Note-se ainda a participação de Câmaras Municipais, que resultam da crescente articulação com as instituições de ensino superior, revelando a ligação da investigação (e investigação aplicada) à escala local. Com maior expressão evidenciam-se os anos 2010, 2014 e 2018, com 14,8% em 2010, 2014, e 2018 com 18,5% do total de participações desta categoria.

Por fim, o congresso da APDR de 2019, organizado na Universidade de Aveiro, foi o que registou o maior número de resumos, envolvendo um grande número de instituições participantes nacionais e internacionais. Nas instituições internacionais destaca-se a diversidade de países representados (Brasil, Espanha, Angola, Finlândia e República Dominicana são os mais representativos conforme vemos na Figura 7). Neste ano, a dinâmica de cooperação interinstitucional é mais forte entre instituições nacionais, destacando-se as relações estabelecidas entre algumas IES (Aveiro, Porto, Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa). O trabalho conjunto entre entidades nacionais e estrangeiras é mais evidente entre instituições nacionais e IES Brasileiras (Figura 9).

Figura 9 - Instituições participantes, redes e autores





Fonte: Elaboração própria

Figura 10 – Síntese das Instituições participantes, redes e autores



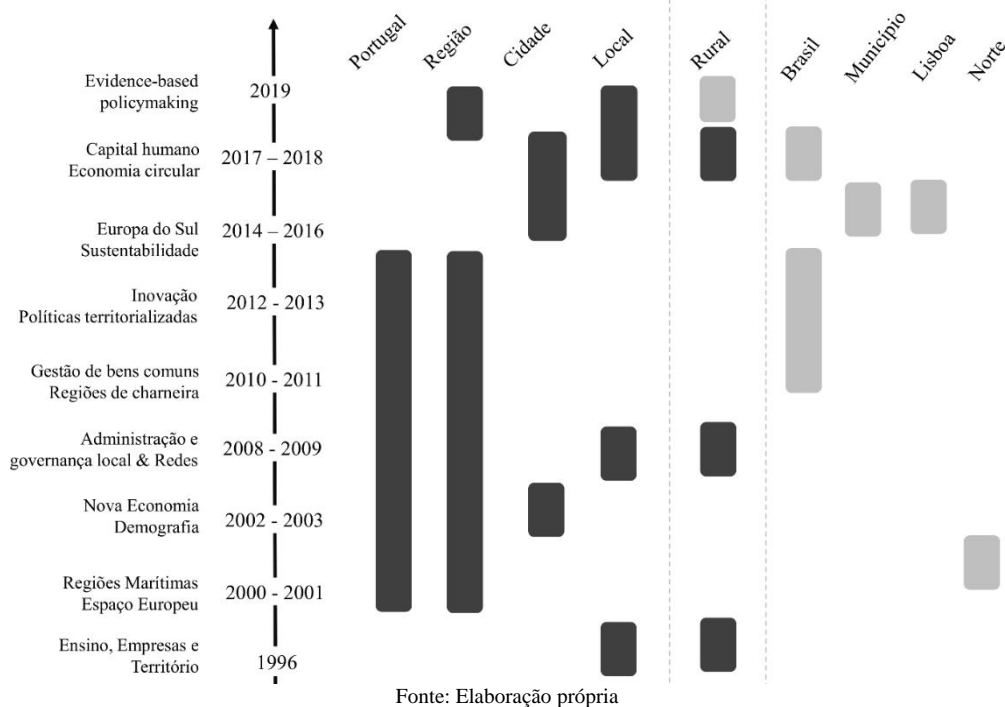
5. CONFLUÊNCIA DOS TEMAS COM A AGENDA POLÍTICA

Os congressos da APDR permitiram analisar diferentes perspetivas e dimensões da ciência regional em diferentes escalas. É ilustrativo desta diversidade, o conjunto de temas que estruturaram cada um dos congressos, assim como os níveis territoriais de análise (ver Figura 11). A APDR foi, por um lado, arena de debate sobre questões mais abrangentes e transversais, relacionadas, por exemplo, com o ensino, as empresas, o território, a demografia e a governança local; por outro, internalizou e amplificou as preocupações com a atualidade e o futuro, versando sobre questões como a economia circular, a inovação, a territorialização de políticas e a sustentabilidade.

Confrontando os níveis de análise (escala de análise) face ao discutido nos congressos e respetivos temas, é evidenciado, salvo algumas exceções, o domínio da escala nacional (Portugal) e regional. Ao longo deste período, os assuntos discutidos versaram sobre um conjunto de temas diversos que se foram alinhando não só com as preocupações das políticas públicas, mas também com a escala de análise que adotaram.

Constituem-se exemplos deste alinhamento, as discussões efetuadas em 2000 na Região Autónoma dos Açores, em torno das regiões marítimas, do desenvolvimento das regiões portuguesas e das políticas e instrumentos de planeamento regional (APDR, 2000a, 2000b). À semelhança deste, os congressos de 2009 e 2010 manifestam esta preocupação com as regiões, sobretudo as marítimas, ainda que com algumas perspetivas inovadoras. Desde logo, em 2009, no congresso realizado em Cabo Verde, sobressai a importância do capital territorial enquanto fator essencial no desenvolvimento regional, traduzindo-se na conjugação de esforços e sinergias da rede de atores e instituições de um dado território (APDR, 2009). Por outro lado, em 2010, destaca-se a importância destas regiões, por vezes insulares, como é o caso da Madeira, no desenvolvimento regional (APDR, 2010).

Figura 11 - Escalas territoriais e temas abordados pelos congressos



Pelo meio destes congressos, foram sendo introduzidos novos temas direcionados para as escalas regional e nacional, resultado da ligação com a agenda política. Em alguns casos, estes temas, foram descontinuados no tempo. É exemplo disto, a discussão à acerca dos impactos das novas tecnologias e da economia pública no desenvolvimento regional (APDR, 2002a, 2002b), assim como a importância das questões demográficas, como sejam as alterações na estrutura etária da população e os movimentos migratórios (APDR, 2003).

De igual forma, o estudo da inovação no contexto do desenvolvimento regional, surge no congresso da APDR de 2012, como uma abordagem inovadora (APDR, 2012), sendo esta discussão um exemplo

de como os temas discutidos estavam alinhados com a agenda política à data. É assim, exemplo deste alinhamento, a inovação enquanto dimensão do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, o qual a considerava importante na qualificação dos cidadãos e do desenvolvimento económico sustentado (QREN, 2013). Em 2013, para além de nova análise às redes de desenvolvimento regional, o congresso evidencia uma orientação para a escala regional e nacional. Portanto, são pertinentes as discussões acerca da coesão social e territorial preconizadas na política europeia. Assim como, a governação multinível enquanto instrumento que facilita a coesão, auxilia a resolução dos constrangimentos inerentes à tomada de decisão à escala local, ajuda na tomada de decisão que privilegia o conhecimento prévio do local e orienta as políticas para melhorar a eficiência dos recursos disponíveis (APDR, 2013). Estes temas encontram enquadramento político na criação das Comunidades Intermunicipais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, 2013) e na Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, 2013). Por fim, o congresso de 2011, realça a dimensão espacial da crise do Estado, a importância dos instrumentos de ordenamento do território e a relação entre a regionalização e as finanças regionais e locais (APDR, 2011).

Não obstante o domínio das duas escalas anteriores, os congressos da APDR têm vindo a efetuar reflexões acerca do desenvolvimento regional a outras escalas, como as cidades e o rural. Na Figura 11, verificamos que a escala das cidades foi alvo de análise em dois períodos distintos: em 2002/2003, quando se discutiu a economia municipal, o planeamento, o dinamismo e a competitividade dos territórios e os impactos das alterações demográficas nos territórios. Assim volta a suceder, posteriormente, entre 2014 e 2018.

Em 2014 foi discutido o renascimento das regiões do sul da Europa e a escala das cidades foi trabalhada na ótica do empreendedorismo em territórios de baixa densidade e nas estratégias de especialização inteligente (APDR, 2014). Em 2016, o congresso de Marraquexe (Marrocos) discutiu um tema bastante pertinente para as cidades, o desenvolvimento sustentável (APDR, 2016). São exemplos desta pertinência, no âmbito internacional: i) a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015) (ONU, 2015) da qual constam os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável; ii) a assinatura do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas (2016) (United Nations, 2015); iii) a Nova Agenda Urbana (2016) destinada a responder aos desafios das cidades perante a crescente urbanização e necessidade de promover a sustentabilidade dos territórios (United Nations, 2016); iv) o Livro Branco sobre o Futuro da Europa e o Rumo a Seguir (2017) (Comissão Europeia, 2017); e, v) o documento “Uma Europa Sustentável até 2030”, destinado a refletir e garantir um desenvolvimento sustentável no continente europeu orientado pelos ODS (Comissão Europeia, 2019). Em Portugal, em matéria de desenvolvimento sustentável e da promoção da sustentabilidade urbana destaca-se a elaboração, em 2015, da Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 (DGT, 2015).

Em 2017, o congresso da APDR discutiu o desenvolvimento regional à luz do capital humano. Neste quadro, as cidades foram analisadas enquanto espaços nos quais se desenvolve a colaboração entre políticos, empresários, intelectuais e cidadãos e nos quais se pretende promover a competitividade (APDR, 2017). No ano seguinte, aborda-se a cidade enquanto metabolismo urbano e a economia através do atributo circular. Este último tema alinhava-se com as preocupações da União Europeia traduzidas no Plano de Ação destinado a acelerar a transição para a economia circular na Europa (Comissão Europeia, 2015) e no Programa LIFE (2014-2020), orientado para o financiamento de ações que promovam esta perspetiva (Agência Portuguesa do Ambiente, 2020). Seguiu também as orientações nacionais, evidentes no Plano de Ação para a economia circular (República Portuguesa - Ambiente, 2017). Este é resultado da passagem de uma economia linear para uma economia circular, o que exige capacidade de adaptação dos cidadãos, dos territórios, das cidades e dos padrões de consumo. Discute-se assim, a gestão do metabolismo urbano e periurbano, a produção e consumo de energia sustentável, a regeneração urbana em contextos de economia circular e a relação entre as cidades e o planeamento espacial (APDR, 2018).

Ainda que com menor evidência ao longo do tempo, temos a escala local e rural que apesar de não terem continuidade temporal, têm vindo a aparecer intermitentemente nos congressos da APDR, sobretudo quando os temas discutidos tendiam a privilegiar essas escalas. Logo no primeiro congresso (em 1996), o tema ensino, empresas e território não deixa de estar de acordo com as preocupações manifestadas de articulação entre a política industrial, de investigação, educativa, orçamental e ambiental espelhadas no Livro Verde sobre Inovação da União Europeia (Comissão Europeia, 1995) e com a necessidade de cooperação entre o setor empresarial e a sociedade civil presente no Programa do XIII Governo Constitucional Português (XIII Governo Constitucional, 1995). Este tema foi, no entanto, analisado com

o objetivo de perceber a relação entre o processo de integração europeia e os desafios da regionalização, ao mesmo tempo que se discutiam os problemas das zonas mais desfavorecidas, as finanças locais e a intervenção autárquica. Por fim, o ensino, formação e desenvolvimento regional e local (APDR, 1996), dedicando o foco para a escala rural e local. De seguida (em 2008-2009), a escala local e rural voltam a ter relevância, sobretudo devido ao congresso de 2008, orientado para a discussão da relação entre desenvolvimento, administração e governação local (APDR, 2008), tendo o mesmo refletido temas como a governança e o desenvolvimento, a mobilidade urbana, o turismo local, a economia local e os problemas dos territórios de baixa densidade.

Novamente (após 2017), o local e o rural voltam a ser as escalas de análise dominantes nos trabalhos apresentados. Aqui, convém destacar a pertinência do congresso de 2019 com o tema *Evidence-based policymaking: formulation, implementation and evaluation of policy*, o qual trouxe novamente a discussão das políticas territorializadas para o desenvolvimento regional, discutindo a necessidade e os desafios de processos de apoio à decisão mais informada (APDR, 2019), inseridos em contextos de descentralização de competências para as autarquias locais (Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, 2018). Neste congresso discute-se o desenvolvimento regional a várias escalas (regional local, rural). Apesar de o congresso de 2001 ser dedicado à discussão do espaço europeu, dando ênfase à discussão em torno da relação entre a agricultura e o espaço rural (APDR, 2001a, 2001b), a Figura 11 não evidencia, ao contrário do que seria de esperar, a presença significativa de trabalhos direcionados para a escala rural.

Quanto à análise de contextos territoriais específicos, constata-se (Figura 11) entre 2010-2014 e 2017-2018, uma presença relevante de trabalhos cuja escala de análise é o Brasil. Mais do que a pertinência dos temas abordados, esta conclusão vai de encontro do que se evidencia na Figura 7, onde se dá conta de uma forte participação de autores brasileiros face ao total de participantes internacionais (entre 2010/2011 correspondeu a 63% e em 2012/2013 a 71%). Esta preponderância diminuiu em 2014/2016 (46%) (Figura 11), voltando a destacar-se em 2017/2018 e em 2019, anos em que a percentagem de participantes brasileiros, face aos internacionais, atinge os 57% e 68% respetivamente (Figura 7).

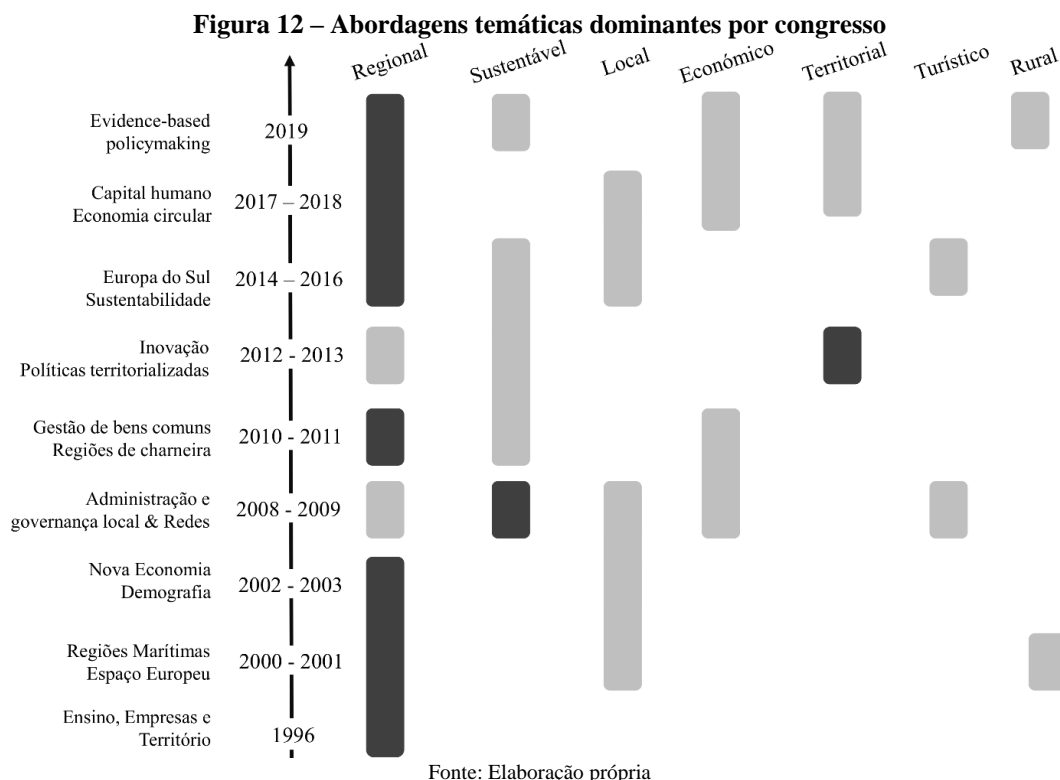
6. SUBTEMAS E AS ABORDAGENS RELEVANTES

De seguida identificam-se os subtemas e as abordagens mais relevantes em cada congresso. Observam-se os subtemas com maior representatividade para demonstrar o seu alinhamento com o tema geral do congresso. Evidencia-se, também, a multiplicidade de tópicos que (apesar de nem sempre sendo representativos), suscitaram a reflexão e ofereceram a possibilidade de introduzir avanços na investigação por via da consolidação dos trabalhos apresentados.

A Figura 12 apresenta as abordagens temáticas dominantes em cada congresso da APDR, permitindo estabelecer um paralelismo entre os temas dos congressos e as respetivas abordagens. Desta forma, verificamos a relevância, ao longo do período em apreço, da abordagem ao desenvolvimento através da sua dimensão regional. De facto, verifica-se que ao longo dos 29 anos de congressos, a categoria de subtemas com maior representatividade é o desenvolvimento regional, concentrando 16% dos resumos publicados (ver Figura 1 em Anexo). Segue-se um outro conjunto de subtemas com uma representatividade considerável, dos quais se destaca as políticas de desenvolvimento regional, local e rural (11%). Entre os 5 e os 10% surgem duas categorias, o turismo e o desenvolvimento sustentável e o empreendedorismo, inovação territorial e desenvolvimento. Entre os 4% e os 5% surgem outros dois subtemas, o ambiente, território e conservação da natureza e as problemáticas regionais. Por fim, com menor presença surgem os resumos que discutem questões ligadas ao ordenamento do território e aos sistemas de apoio à decisão (3%). A representatividade deste último conjunto de subtemas é também visível na Figura 12.

A análise efetuada permitiu verificar ao longo dos anos uma constância entre os temas analisados, as respetivas abordagens e os subtemas. Observando a Figura 12, percebe-se que a abordagem regional esteve sempre presente, ainda que com maior incidência entre 1996-2003 e 2014-2019. Realçam-se assim, os subtemas do desenvolvimento regional, das políticas de desenvolvimento regional, local e rural e das problemáticas regionais nos anos de 1996, 2009, 2010 e 2014, por serem aqueles em que esta relação é mais evidente, sobretudo se acrescentarmos a representatividade dos três subtemas referidos anteriormente (71%, 49%, 44% e 40% respetivamente). Por oposição, destaca-se o ano de 2003, em que foi discutido o impacto das tendências demográficas no desenvolvimento regional mediante o papel da tríade demografia, população e desenvolvimento, pelo facto de apenas 8% dos trabalhos apresentados

terem sido orientados diretamente para o desenvolvimento regional, em detrimento dos 19% alinhados com o tema do congresso (demografia, desenvolvimento e população).



Efetuada uma análise pormenorizada por ano, verificamos ainda que, os temas dos congressos tendem a refletir-se naturalmente na representatividade dos subtemas dos trabalhos como é o caso do ensino inovação e território (19%), da coesão regional (13%) e da economia regional e urbana (11%) em 1996 e em 2000 respetivamente. Merece destaque ainda o facto de a abordagem ao desenvolvimento regional observado pela perspetiva económica, coexistir com a abordagem social (ainda que pouco notada), sendo disto exemplo o congresso de 2002, onde coexistem trabalhos sobre economia regional e urbana, empresas e desenvolvimento regional com outros direcionados, por exemplo, para a o capital intelectual regional.

Após 2008, não obstante a abordagem regional, começa a surgir a preocupação em abordar o desenvolvimento regional seguindo os princípios de sustentabilidade, privilegiando-se a vertente social em detrimento da económica. Esta inversão é evidente no Quadro 1 (Anexo) que releva os temas do ambiente, do território e da conservação da natureza (12 e 14%) em 2008 e 2009 respetivamente e o turismo e desenvolvimento sustentável tanto em 2008 como em 2009 e 2016 (19%, 14% e 31% respetivamente). A partir de 2010/2011 intensifica-se a abordagem integrada ao desenvolvimento operando-se uma confluência de abordagens mais empíricas à sustentabilidade, ao turismo e à economia, mas também mais teóricas como a discussão de novos modelos e metodologias em ciência regional. Dominam o debate tido neste período, o turismo sustentável, a economia, os recursos naturais e o ambiente, o ordenamento do território e os sistemas de apoio à decisão.

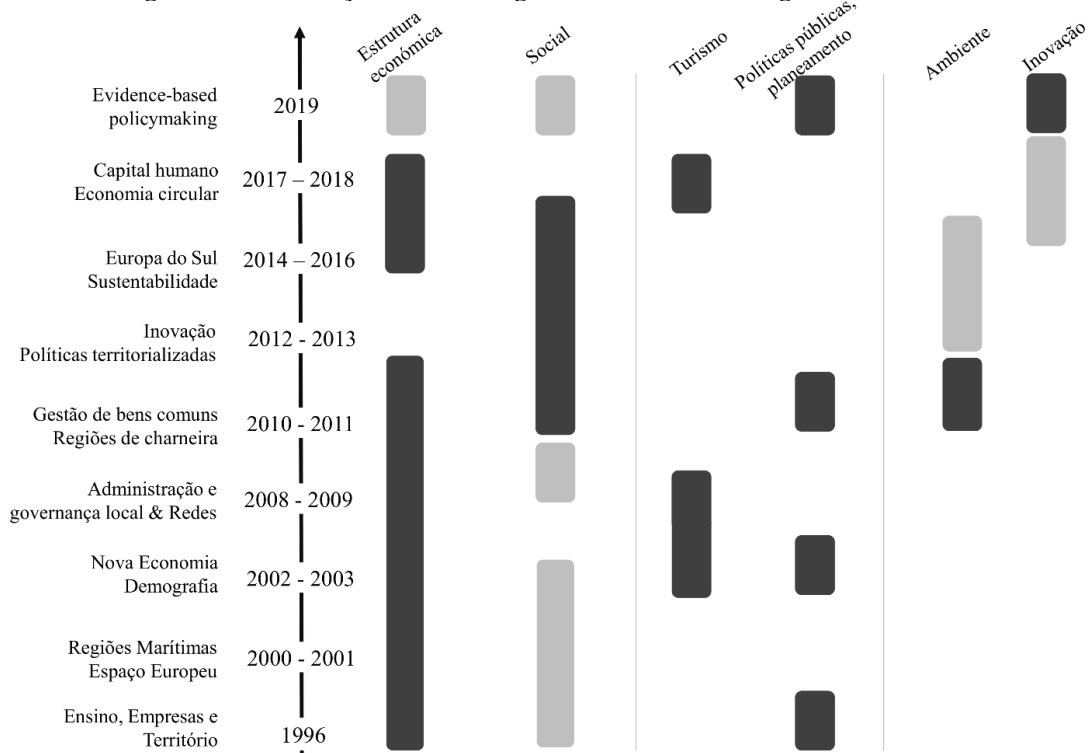
A discussão do desenvolvimento regional atendendo às especificidades socioeconómicas de cada região e de cada território, marcou os congressos da APDR até 2013. Contudo estas preocupações ganharam mais notoriedade nos anos seguintes (ver Figura 13). Com as discussões em 2012 e 2013 sobre inovação territorial e as políticas territorializadas reforça-se a relevância desta abordagem até ao congresso de 2019. Neste quadro, adensa-se a lógica integrada das discussões. Integra-se a estrutura económica, social e territorial, com inovação e como políticas de desenvolvimento regional, local e rural em 2013 e 2014 (43% e 29% respetivamente), aproxima-se o empreendedorismo, da inovação territorial e do desenvolvimento regional em 2013 e 2017 (12% e 22% respetivamente) e faz-se convergir a economia circular (22%) com as problemáticas regionais, as cidades e formas urbanas (9%) em 2018.

Para além das abordagens dominantes verifica-se a presença de alguns tópicos intermitentes, associados ao contexto específico onde se realizaram os congressos. É o caso da abordagem ao rural, associada ao congresso de 2001, que introduziu o tema do desenvolvimento através de diferentes ruralidades, surgindo novos interesses de investigação como a agricultura e o desenvolvimento ou o ambiente, território e conservação da natureza (14%).

Por fim, o congresso de 2019, marca o regresso às políticas públicas territoriais, ocupando-se de um maior número de temas em comparação com os congressos anteriores. Neste seguimento, além dos subtemas alinhados com esta temática, destaca-se (ver Quadro 1, Anexo e Figura 13) um conjunto de subtemas associados às políticas públicas de planeamento, como as políticas de desenvolvimento regional, local e rural (14%), a governança e políticas públicas (11%) e as teorias, modelos e métodos em ciência regional (5%). Introduzem-se ainda outros temas, tais como, os serviços de interesse geral (9%), o empreendedorismo, a inovação territorial e desenvolvimento regional (15%).

Os subtemas apresentados, ilustram a multiplicidade de tópicos abordados nos congressos da APDR, sugerindo abrangências temática distintas. Enquanto uns são relativamente abrangentes, como é o caso das designações ‘desenvolvimento regional’, ‘desenvolvimento sustentável’, ‘ordenamento do território’, ‘alterações climáticas’ outros correspondem a temas específicos, como sejam a ‘habitação, reabilitação e mercado imobiliário’ ou a ‘mobilidade urbana’. Mas, é esta orgânica que permite reforçar o processo de produção de conhecimento em torno de elementos estruturantes e em questões relevantes no contexto da ciência regional que confluem com as agendas científicas, técnicas e políticas.

Figura 13 - Orientação das abordagens realizadas nos congressos da APDR



Fonte: Elaboração própria

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos 30 anos de congressos da APDR foram apresentados mais de 2500 trabalhos, que resultam da investigação de mais de 4000 autores provenientes de mais de 50 países. Neste trabalho compilaram-se os resumos publicados em livros de ata desde 1996 até 2019 (com quebras nos anos 1997-1999, 2004-2007 e 2015), contabilizando 1959 trabalhos. Os anos de 2009, 2014, 2017 e 2019 são os que contabilizaram maior número de resumos publicados (sempre na ordem dos 200).

Ao longos dos anos a crescente partilha de informação e o reconhecimento das vantagens decorrentes da construção conjunta de conhecimento foram marcando as agendas de investigação e moldando as

novas metodologias de trabalho. Desde 1996 o número de resumos submetidos em nome individual foi decrescendo. A partir de 2009 os trabalhos em coautoria representam cerca de 80% dos trabalhos submetidos. Pós-2009, tem-se densificado o trabalho em coautoria, a participação de instituições nacionais e internacionais e a cooperação entre instituições.

A representatividade da participação de mulheres foi sendo cada vez maior, atingindo a situação de paridade em 2019. Na perspetiva da internacionalização da investigação científica e aplicada trazida para os congressos da APDR destaca-se um primeiro momento de crescimento da participação de autores oriundos de instituições estrangeiras entre 2000 e 2002, que é abruptamente alterado em 2003 (neste ano apenas 20% dos trabalhos correspondem a autores de origem internacional). Depois, entre 2008 e 2014 assiste-se a um ligeiro aumento (de 35 para 45%), tendo este padrão sido invertido no período entre 2016 e 2019 (a representatividade dos autores nacionais aumentou de 40 para 70%).

Até 2003 os autores espanhóis foram os mais representados na APDR. A seguir começaram a ganhar relevo as comunicações de autores brasileiros. Importa referir que esta participação correspondeu simultaneamente à cooperação entre estas instituições e as instituições nacionais. Por fim, a análise dos temas aponta para a crescente diversificação e tende a refletir as preocupações da agenda política aquando a sua realização, discutindo por isso esses temas à luz da própria ciência regional. Por exemplo, o congresso de 2003 foi dedicado ao tema da demografia no contexto do desenvolvimento regional, realizado num momento em que os dados dos Censos de 2001 eram conhecidos há pouco tempo (outubro de 2002). O mesmo acontece em 2016 ano em que o congresso foi subordinado ao tema da sustentabilidade dos territórios, coincidindo com a assinatura da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Quanto aos assuntos e aos tópicos colocados em debate, estes foram, na generalidade dos casos alinhados com os temas gerais dos congressos, destacam-se as abordagens ao desenvolvimento sustentável, ao território e ao rural, particularmente evidentes quando se discutiu o desenvolvimento sustentável, as políticas territorializadas e o espaço rural no contexto europeu. É notória a transversalidade da abordagem regional (até 2013) e da abordagem à estrutura económica que se vai mesclando cada vez mais com a dimensão social. Seguindo assim o percurso gradual de integração das diversas temáticas que convergem para o desenvolvimento regional. O congresso de 2018 é um exemplo evidente de sincronização do tema discutido (economia circular, metabolismo urbano, cidades e formas urbanas) com as preocupações da agenda política.

Os congressos da APDR têm sido o lugar central da discussão da ciência regional em Portugal. A comunidade formada pelos 29 anos de congressos da APDR foi capaz de diversificar os temas discutidos, de multiplicar a proveniência dos autores e de ampliar os tipos de instituições participantes. Para além do mais, as três décadas de congressos, contribuíram para qualificar projetos editoriais de revistas científicas como é o caso da Revista Portuguesa de Estudos Regionais.

BIBLIOGRAFIA

Agência Portuguesa do Ambiente. (2020). Programa LIFE. Retrieved October 23, 2020, from <https://life.apambiente.pt/content/programa-life-atual>

APDR. (1996). Actas do IV Encontro Nacional da APDR: Ensino, empresas e território. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Ensino, empresas e território*. Coimbra, Portugal: Coleção APDR. Retrieved from <http://apdr.pt/data/documents/Actas-do-IV-Encontro-Nacional-APDR.pdf>

APDR. (2000a). Actas do VII Encontro Nacional da APDR: Perspectivas de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Perspectivas de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas* (Vol. 2). Coimbra, Portugal: Coleção APDR. Retrieved from <http://apdr.pt/data/documents/Actas-do-VII-Encontro-Nacional-APDR-Volume-2.pdf>

APDR. (2000b). Actas do VII Encontro Nacional da APDR: Perspectivas de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Perspectivas de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas* (Vol. 1). Coimbra, Portugal: Coleção APDR. Retrieved from <http://apdr.pt/data/documents/Actas-do-VII-Encontro-Nacional-APDR-Volume-1.pdf>

APDR. (2001a). Actas do VIII Encontro Nacional da APDR: Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Desenvolvimento*

e Ruralidades no Espaço Europeu. Coimbra, Portugal: Coleção APDR. Retrieved from <http://apdr.pt/data/documents/Actas-do-VIII-Encontro-Nacional-APDR-VOLUME-1.pdf>

APDR. (2001b). Actas do VIII Encontro Nacional da APDR: Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Actas do VIII Encontro Nacional da APDR: Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu* (Vol. 2). Coimbra, Portugal: Coleção APDR. Retrieved from <http://apdr.pt/data/documents/Actas-do-VIII-Encontro-Nacional-APDR-VOLUME-2.pdf>

APDR. (2002a). Actas do IX Encontro Nacional da APDR: Nova Economia e Desenvolvimento Regional. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Nova Economia e Desenvolvimento Regional*. Coimbra, Portugal: Coleção APDR.

APDR. (2002b). Actas do IX Encontro Nacional da APDR: Nova Economia e Desenvolvimento Regional. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Nova Economia e Desenvolvimento Regional*. Coimbra, Portugal: Coleção APDR. Retrieved from <http://apdr.pt/data/documents/Actas-do-IX-Encontro-Nacional-da-APDR-Volume-2.pdf>

APDR. (2003). Demografia e Desenvolvimento Regional. Retrieved October 23, 2020, from http://apdr.pt/data/atas/congresso_2003/index.html

APDR. (2008). Desenvolvimento, Administração e Governança Local. Retrieved October 23, 2020, from <http://www.apdr.pt/congresso/2008/temas.html>

APDR. (2009). Redes e Desenvolvimento Regional. Retrieved October 23, 2020, from <http://www.apdr.pt/congresso/2009/actas.html>

APDR. (2010). Actas do 16º Congresso da APDR: Regiões de Charneira, Canais de Fronteira e Nós. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Regiões de Charneira, Canais de Fronteira e Nós* (pp. 1–3506). Portugal: Coleção APDR. Retrieved from http://apdr.pt/data/documents/Actas_16_Congresso_APDR.pdf

APDR. (2011). Actas do 17º Congresso da: Gestão de bens comuns e desenvolvimento regional sustentável. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Gestão de Bens Comuns e desenvolvimento regional sustentável* (pp. 1–1817). Angra do Heroísmo, Portugal: Coleção APDR. Retrieved from http://apdr.pt/data/documents/Actas_Proceedings_17_congresso_APDR.pdf

APDR. (2012). Proceedings on 18th APDR Congress: Innovation and Regional Dynamics. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Innovation and Regional Dynamics* (pp. 1–1255). Portugal: Coleção APDR. Retrieved from http://apdr.pt/data/documents/PROCEEDINGS_18CONGRESSO.pdf

APDR. (2013). Actas do 19º Congresso da APDR: Políticas de base regional e recuperação económica. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Políticas de base regional e recuperação económica* (pp. 1–1365). Portugal. Retrieved from http://apdr.pt/data/documents/Proceedings_19_congress_1.pdf

APDR. (2014). Proceedings on 20th APDR Congress: Renaissance of the Regions of Southern Europe. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Renaissance of the Regions of Southern Europe* (pp. 1–1461). Portugal. Retrieved from http://apdr.pt/data/documents/Proceedings_20_congresso_APDR_1.pdf

APDR. (2016). Proceedings on 23th APDR Congress: Sustainability of Territories in the Context of Global Changes. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Sustainability of Territories in the Context of Global Changes* (pp. 1–353). Marrocos. Retrieved from http://apdr.pt/data/documents/Proceedings_AMSR-and-APDR-Congress-May-30-31-2016-Marrakech-Morocc.pdf

APDR. (2017). Proceedings on 24th APDR Congress: Intellectual Capital and Regional Development: New Landscapes and Challenges for Planning the Space. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Intellectual Capital and Regional Development: New Landscapes and Challenges for Planning the Space* (pp. 1–1271). Portugal. Retrieved from http://apdr.pt/data/documents/Proceedings_APDRCongress2017.pdf

APDR. (2018). Proceedings on 25th APDR Congress: Circular Economy, Urban metabolism and regional development: Challenges for a sustainable future. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Circular Economy, Urban metabolism and regional development: Challenges for a sustainable future* (pp. 1–546). Portugal. Retrieved from http://apdr.pt/data/documents/PROCEEDINGS_APDRCongress2018.pdf

- APDR. (2019). Proceedings on 26th APDR Congress: Evidence-Based territorial policymaking: Formulation, implementation and evaluation of policy. In Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Ed.), *Evidence-Based territorial policymaking: Formulation, implementation and evaluation of policy* (pp. 1–1246). Agra do Heroísmo, Portugal.
- APDR. (2020). Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. Retrieved October 23, 2020, from <http://www.apdr.pt/>
- Comissão Europeia. (1995). *Livro Verde sobre Inovação*. Bruxelas. Retrieved from [www.ci.esapl.pt/sofia/livro_verde_inovação_ue\[1\].wd2.doc%0A](http://www.ci.esapl.pt/sofia/livro_verde_inovação_ue[1].wd2.doc%0A)
- Comissão Europeia. (2015). *Fechar o ciclo-Plano de ação da UE para a economia circular*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2017). *Livro Branco Sobre o Futuro da Europa: Reflexões e cenários para a UE-27 em 2025*. Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2019). *Documento Reflexão Para uma Europa Sustentável até 2030*. Bruxelas.
- DGT. (2015). *Cidades Sustentáveis 2020*. Lisboa, Portugal: Direção Geral do Território. Retrieved from http://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/2015_cidades_sustentaveis_2020.pdf
- Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série — N.º 19 — 28 de janeiro de 2013 (2013). Retrieved from www.dre.pt
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série — N.º 176 — 12 de setembro de 2013 (2013). Retrieved from www.dre.pt
- Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto (2018). Retrieved from www.dre.pt
- ONU. (2015). *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Nova Iorque, Estados Unidos da América: United Nations Publications. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- QREN. (2013). Quadro de Referência Estratégico Nacional. Retrieved October 28, 2020, from <http://www.qren.pt/np4/home>
- República Portuguesa - Ambiente. (2017). *Liderar a Transição - Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal: 2017-2020*. Lisboa.
- United Nations. (2015). Acordo de Paris.
- United Nations. (2016). *Nova Agenda Urbana*.
- XIII Governo Constitucional. (1995). Programa do XIII Governo Constitucional.

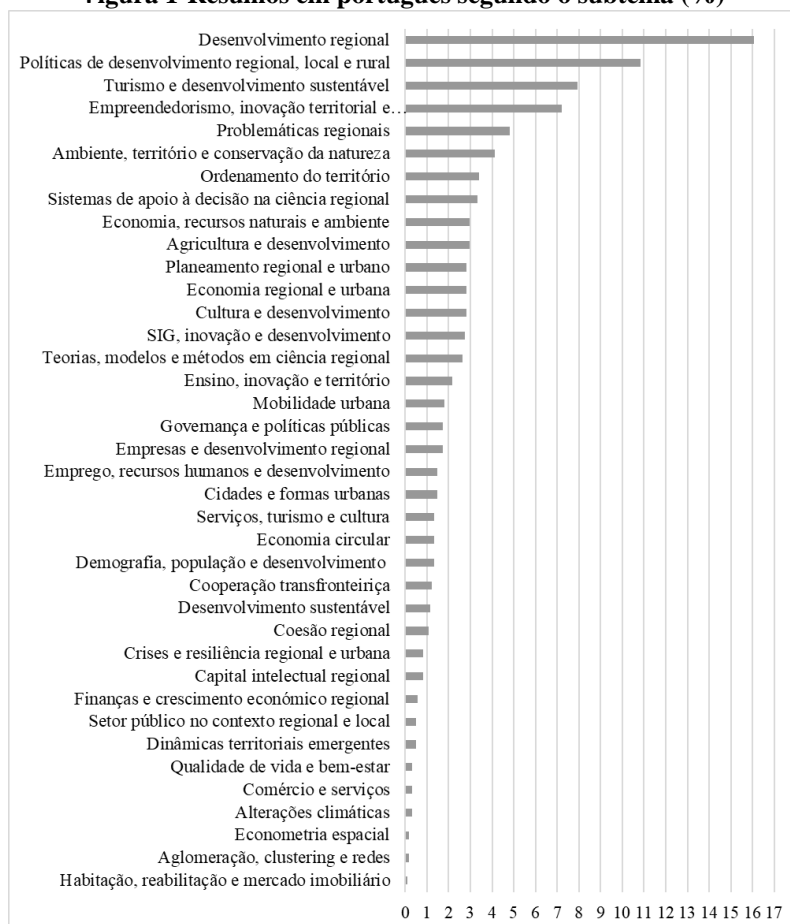
ANEXOS

Quadro 1 – Subtemas dos resumos apresentados nos congressos e distribuição por ano (%)

Subtemas	Anos															
	1996	2000	2001	2002	2003	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2017	2018	2019
Desenvolvimento regional	29	9	22			16	46	25	11	23	10	11	15	11	14	2
Políticas de desenvolvimento regional, local e rural				17				19	10	7	43	29		10	11	14
Turismo e desenvolvimento sustentável		9		11		19	14	23	4	7	8	5	31	3	2	
Problemáticas regionais	43	16		13	8	17	4						8		14	
Empreendedorismo, inovação territorial e desenvolvimento regional					10	7			5	21	12	4	8	22	3	15
Planeamento regional e urbano		7		15			1		4		12		8	4	9	
Economia regional e urbana		11		11	8	2	3				10	7		1		
Ambiente, território e conservação da natureza		4	14		2	12	14			2						5
Sistemas de apoio à decisão na ciência regional			14	9	0	0	0	6	9			4				6
Ordenamento do território					2	3	7	10	11	7					5	
Ensino, inovação e território	19					5			5	5			8			
Empresas e desenvolvimento regional		13	5	9	15											
Serviços de interesse geral, inovação e desenvolvimento		0											6	15	10	9
Teorias, modelos e métodos em ciência regional		2	8		8			11						2	5	
Economia, recursos naturais e ambiente								3	17	7		7		2		2
Economia circular									0				15		22	
Agricultura e desenvolvimento			14				9		4			10				
Cultura e desenvolvimento						5	4							21		
Emprego, recursos humanos e desenvolvimento		11	2		8						2	1		5		
Cidades e formas urbanas			3		12	3			1						9	
Cooperação transfronteiriça	10		8					3	2			3				
Coesão regional		13			10											2
Demografia, população e desenvolvimento					19	2										3
Mobilidade urbana						4			9	7						4
Desenvolvimento sustentável									8	7					3	
Capital intelectual regional				15										3		
Governança e políticas públicas						7										11
Serviços, turismo e cultura														3		9
Setor público no contexto regional e local		4	6													
Crises e resiliência regional e urbana															3	6
Dinâmicas territoriais emergentes														2	6	
Finanças e crescimento económico regional												5		1		1
Comércio e serviços			6													
Alterações climáticas																3
Qualidade de vida e bem-estar																3
Econometria espacial										2						1
Habituação, reabilitação e mercado imobiliário											2					
Agglomeração, clustering e redes																2

Fonte: Elaboração própria

Figura 1-Resumos em português segundo o subtema (%)



Fonte: Elaboração própria